

Universidade livre e detenção do saber¹

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Quantas vezes que tomados de admiração por certos mestres não comentávamos entre nossos colegas: *"ele detém o saber"*. Referíamos, imersos na mais santa ignorância estudantil, que esses professores dominavam seu campo de saber. Precisei de algum tempo para concluir que, a rigor, nenhum campo do saber é dominável, pois ter um (*indefinido*) domínio nunca é ter o (*definido*) domínio, ou seja, ninguém pode possuir, por mais específico que seja, o domínio do saber *definidamente* (*definitivamente*). E nesse campo do indefinido deve idealmente se assentar o *saber livre*. Saber que suporta *desaber-se*. Tarefa difícil para a vaidade de alguns intelectuais e instituições do conhecimento.

Nos diz Jean Starobinski: *"Se as paixões se excitam no olhar e crescem pelo ato de ver, não sabem como se satisfazer; o ver abre todo o espaço ao desejo, mas ver não basta ao desejo. O espaço visível atesta ao mesmo tempo minha potência de descobrir e minha impotência de realizar. Sabemos o quanto pode ser triste o olhar desejante (L'oeil vivant)¹"*. Parafraseando o autor diria que *"se as paixões se excitam no saber e crescem pelo ato de conhecer, não sabem como se satisfazer; o vir a saber abre todo o espaço ao desejo, mas saber não basta ao desejo. O espaço sabido atesta ao mesmo tempo minha potência de descobrir e minha impotência de realizar. Sabemos o quanto pode ser triste (na melhor das hipóteses) o saber desejante"*.

Com esse jogo de palavras sugiro que quando nos movimentamos pelo desejo de saber² corremos o risco de falar do que não é dito, de especificar o inexistente, que só existe no sujeito do desejo. Daí existir como objeto de desejo não do saber, pois não perpassa o outro, se auto-referencia e incita o absoluto. Saber tagarela engendrado para ser inacessível. Fora da relação esse saber se detém. É saber detido

PRECEITO DO SABER – O *saber detido*

Estamos diante de uma espécie de ordem do saber, o saber como mandamento, ensinamento normativo que vigora como doutrina.. O sujeito assujeitado se submete a uma regra de proceder, uma norma. Ao douto devidamente doutrinado fica facultado aviar receitas sabidas e expedir ciência.

¹ Trabalho apresentado no evento Universidade Livre de Petrópolis – Petrópolis 21 e 22 de março de 2001.

¹ NOVAES, A. (1990) . *O Desejo*. São Paulo: Cia das letras

² FOUCAULT, M. (1980). *História da sexualidade, Vol.1. A vontade de saber* . Rio de Janeiro: Graal : Biblioteca de Filosofia e História das Ciências. Ver as reflexões do filósofo Michel Foucault no primeiro volume de sua trilogia sobre a sexualidade. Procuro neste trabalho pensar o *saber* inspirado pelas idéias do filósofo sobre a *sexualidade*. O mesmo fiz quando de um trabalho sobre drogas: *"Um modelo brasileiro de prevenção"* .

Cria-se uma escola de funcionários do saber que passam a despachá-lo, muitas vezes até com eficiência³. O *preceito do saber* encarna, portanto, uma disposição, uma prescrição. Vira artigo de lei (dispositivo legal). É *saber detido* e as casas que o professam verdadeiras *casas de detenção*.

Vivemos presos a uma curiosidade pelo saber, insaciáveis a ouvi-lo para falar *dele* e *nele*. Dispostos a tudo para reforçar com construções sua pureza descritiva e aumentar a crença no nosso “*credo sabido*”.

E por que fazemos isso? Não ousou oferecer resposta, deixo uma hipótese. Capturar, mesmo que de modo fragmentário, algo de nós mesmos no imbróglio sapiente? Se for, *isso*⁴ seria natural, mas básico e nem sempre científico. E *isso* pega, se alastra como epidemia. O que temos não é necessariamente a soberana⁵ transmissão do saber e sim contágio. A doença, na linguagem de Foucault, seria o *prazer-saber, prazer de saber o prazer*. Diria: *prazer de saber o saber*. Há uma *estrutura* feita para saber demais, pronta para atender a *demanda* de verdade da ciência global.

Estrutura-demanda parida entre nós e o saber dito substantivo. A nós cabe extrair do saber nosso quinhão de sua verdade própria (verdade que a ele saber escapa) e a ele saber, extrair de nós a nossa verdade para nós desconhecida. É ele saber-substância que vai *dizer* a nossa verdade. Foucault ao ver o sexo no “*centro de uma formidável petição de saber*” me inspira colocar o preceito do saber como um resultado dessa petição, ou seja, o saber-mandamento, o saber-doutrina, o saber-lei vai ser a resposta a esse requerimento. E quem requer, quem são os requerentes?

Estamos falando de uma *Lógica do saber*. O saber-significado (saber é isso)⁶, o saber-discurso, o saber-domínio. Portanto, de um suposto saber “*dominado*” que, na verdade, mais domina do que se deixa dominar. Estamos colocados nessa “*programação sabida*”, agendados para viver nesse mundo do saber dominado – “*tá dominado, tá tudo dominado*”. Mundo dominado ou dominador, detido⁷ ou detentor?

A LÓGICA DO SABER, SEUS REQUERENTES E REQUERIDOS

Impossível não tomar conhecimento de que essa lógica do saber, sustentada pelo direito no passado e que possui hoje um arsenal tecnológico que impõe sua ordem, vem dando as cartas, pois por menor que seja a expressão do saber deve ser essa condicionada politicamente.

Politicamente sim, pois se há por um lado um anelo histórico entre a cultura da repressão e o desenvolvimento do capitalismo (pois essa cultura é uma das ferramentas da ordenação burguesa), e se por um outro um saber que escapa a essa lógica, que permanece reprimido com momentos de sublevação, essa

³ Deve atender as demandas do mercado e as normas sociais.

⁴ *Isso* aqui também faz referência ao id (o isso), uma das instâncias psíquicas teorizadas por Freud.

⁵ Soberana enquanto busca o outro na relação como outro, não como uma extensão do si mesmo.

Aqui é importante o conceito de *alteridade* como algo oposto ao de *autoridade*.

⁶ ao qual se coloca dialeticamente o saber-significante, que possui significação.

⁷ que detém sobretudo o poder sobre a vida e o direito da morte.

constatação não dá conta do recado. É fato que esse saber reprimido é incompatível com os modos de produção dos requerentes do saber, pois não possui um lugar na força de trabalho do lucro e que isso une saber, política e poder – a liberdade desse saber, seu conhecimento, o direito de mencioná-lo, etc. No entanto é preciso algo mais para entender essa lógica e com isso avançar para se libertar do seu jugo.

Dentro dessa ordem do saber são reconhecidos os benefícios daqueles que a pronunciam e daqueles que acatam o pronunciamento. Os arautos dessa ordem, que eu chamaria aqui “*os pronunciantes*”, vivem da verdade de seus enunciados, ficando por conta dos “*renunciantes*”⁸ o acatamento. Correndo por fora estariam os *desafiantes* dessa própria ordem do saber, mas que ocupam um lugar previsto por ela⁹. Cabe a esses últimos proferir o saber que é subversivo, que se coloca “fora do alcance” do poder e desordena o saber-lei. Um falar oposto a esse saber que encontra, inclusive, escuta. Um desejo de falar contra essa lógica negociada e de contabilidade. No entanto, esse discurso do oprimido acaba reforçando a prédica do opressor, pois como pensou Foucault, estamos diante de uma sociedade hipócrita que fala com desenvoltura de seu próprio silêncio, que promete livrar-se dos paradigmas que a fazem funcionar, das leis que a regem.

Quando o filósofo sugere um outro enunciado que foge ao maniqueísmo do opressor versus oprimido me inspira a mostrar que também no campo do saber a *ordem capitalista requerente* incita as manifestações contrárias. Isso se dá por ser justamente a própria estrutura do poder que convida a se enunciar os discursos que se “antepõem” a ela. Inocente pensar que essa ordem repressiva histórica e rigorosa irá deixar-nos por essas denúncias. O trabalho é longo, interminável, incerto os resultados. Contudo é preciso realizá-lo. Vejo isso como uma tarefa importante da universidade livre.

UM TRABALHO DE CAMPO PARA A ULP

A idéia aqui é questionar, assim como fez Foucault com relação a sexualidade, o papel da “*hipótese repressiva*” sobre o destino do saber (que saber se forma a partir daí?), reintroduzi-la num novo campo de análise e apreciar seu efeito na reprodução dos discursos que se dizem “liberados”, ou seja, questionar a teoria que faz da repressão o elemento essencial. Deve-se levar em conta quem pronuncia os discursos, em que lugares, o que se aborda e porque, as instituições que estimulam a fazê-lo, que acumulam e difundem o que dele se diz. Ou seja, analisar o “*fato discursivo do saber*”¹⁰.

Deve-se pesquisar sob que modos, através de que meios, através de que discursos, o poder controla o saber cotidiano. As técnicas multiformes do poder que acabam canalizando esse cotidiano para estruturar um saber oficial, “verdadeiro”, politicamente correto e afinado aos meios de produção. Aceitável

⁸ os neologismos empregados servem para dar um sentido figurativo e servir de alegoria. Uso propositalmente renunciar como algo antônimo de pronunciar.

⁹ é sabido que um dos movimentos que pode fazer a ordem é o de investir no caos (des-ordem) para poder manter-se.

¹⁰ expressão usada por Michel Foucault

pela ordem sócio-econômica, saber que serve ao mesmo tempo de base e ferramenta dessa ordem. De um lado um vocabulário autorizado, de outro a explosão discursiva dos desautorizados, mas também que cursa com um controle (policiamento) dos enunciados, enfim, uma propagação dos discursos sobre o saber que se processa no próprio campo do exercício do poder.

Essa metodologia é a da *polivalência tática dos discursos*, pois é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. Temos o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Não se deve, por isso, pensar um mundo do discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas uma multiplicidade de elementos discursivos em estratégias diferentes.

É preciso reconhecer essa distribuição, as coisas ditas e ocultas, as enunciações exigidas e interditas; o que admite de variações segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações.

Os discursos, assim como os silêncios, não são totalmente submetidos ao poder, nem opostos a ele. Podem ser instrumento e efeito de poder, mas também obstáculo.

Não existe um discurso do poder de um lado e um outro contraposto. Os discursos se dão no campo das correlações de força; podem ser diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma disposição; podem, ao contrário, serem iguais e ocuparem disposições opostas.

Dentro dessa perspectiva, somente uma universidade com as características da ULP, poderia buscar as instâncias de saber e suas produções de discursos (que também agenciam silêncios), as quais fazem circular erros e desconhecimentos rotineiros. Precioso seria estudar como se processa esse saber cotidiano para poder torná-lo claro aos próprios cidadãos desse cotidiano, permitindo com isso uma interferência no processo cultural brasileiro.

O que nos espera? Como esse “aparato discursivo” vem penetrando nas singularidades. Como esse saber vem se infiltrando na coletividade nacional e suas instituições, nas casas brasileiras, nos nossos quartos, tomando as mais individuais das condutas? Um desafio descortinar essa realidade e nobre a tarefa para o espírito do Instituto da Civilização Brasileira.

POPULAÇÃO versus POVO

Dentro dessa engrenagem para produzir discursos surge o conceito de “interesse público” que não aparece para atender, paradoxalmente, uma demanda coletiva. Tal “interesse” passa a ser fundamental na gênese do discurso sobre o saber, gerando um incitamento político, econômico e técnico. Não se trata de se voltar para um bem comum, mas sim formular análises, uma contabilidade, sistemas de classificação e especificação, controle de qualidade (*iso9000*, qualidade total), pesquisas quantitativas (estatísticas, *ibope*) ou de causalidade.

Estamos diante de um saber que precisa ser administrado, não importando se legítimo ou não, que deve ser inserido em sistemas de utilidade para “regular” o

bem de todos¹¹. Tal saber deve funcionar segundo um padrão ótimo (daí o atual conceito de otimização). Não se julga, gere-se. E esses procedimentos de gestão exigem investimentos em tecnologia (o papel preponderante da informática) e uma assimilação por discursos analíticos e políticos. Discursos de dimensão pública, úteis, funcionais, com capacidade de regulação e, é claro, lucrativos, não importando a essência do conhecer. Aprende-se para não se aprender, ou seja, apreende-se o sujeito *des-centrado* na rede *ex-cêntrica* do sistema, hoje magnificamente cibernética.

Nessa galopante cibernetização o sistema operador não cai. Quem cai é o cliente, ou seja, *“caiu na rede é moderno, é peixe vivo, sabido”*, diferente da sabedoria popular em que: *“caiu na rede é peixe”*. Fica então a questão: *como pode peixe vivo viver fora d’água fria? Numa rede? Como poderei viver? como poderemos viver?*

Ora, esse saber sabe que o Estado não deve ser povoado por seu povo assenhorado de sua cultura, mas pelo ritmo da indústria do lucro, do comércio competitivo, dos recursos (não mais naturais) apontados pelo poder de consumo, e que devem, idealmente, ganhar o respaldo de suas instituições. Não há mais nação mas uma “Zona franca”¹², onde a sociedade afirma sua sorte e seu valor pela maneira como está inserida no mercado consumidor.

UNIVERSIDADE LIVRE DE PETRÓPOLIS (ULP) *versus* UNIVERSIDADE DE MERCADO. O saber-markting.

O compositor Jorge Ben canta, em sentido figurado, em uma de suas músicas: *“os alquimistas estão chegando, estão chegando os alquimistas”*. Penso que o refrão é outro: *“os marketeiros estão chegando, estão chegando os marketeiros”*.

Num ensaio para a revista CAROS AMIGOS*, Marilena Chauí aponta para o quadro de desfiguramento do ensino universitário, nos fala das “universidades dos resultados”. Vejo que nossas universidades se apartam cada vez mais de sua missão de *informar*, de graduar aptidões e pendores, estimular o senso crítico, para atender ao consumo, ou seja, *enformar*. O que se tem é uma universidade como mercado de alunos, não uma casa de formar saber mas uma fôrma de saber. O pacto solidário dessas instituições não é mais com o conhecimento e sim com o lucro. Temos, dentro dos ambientes universitários, atividades comerciais, onde se partindo do conhecimento das necessidades e da psicologia dos “alunos”

¹¹ diria Oscar Wilde em seu famoso livro “O retrato de Dorian Gray”: *“um inglês não quer saber se sua idéia é boa ou má, mas se funciona ou não”*. Frase que para mim traduz bem o espírito anglo-saxão.

¹² zona pode ser aqui entendida em seu sentido pejorativo., ou seja, parte da cidade em que funciona o baixo meretrício. A zona está franqueada a todos. Como disse o compositor Cazuza: *“transformam o país inteiro num puteiro, pois assim se ganha mais dinheiro”*.

* Chiauí, M. (agosto 1999). *“Todo mundo tem que viver uma grande paixão e uma possibilidade de revolução”*. São Paulo: Caros Amigos número 29. A autora analisa o destroçamento da universidade crítica dos anos 60 assim como das universidades clássicas do país e mostra como nos anos 80 surgem as “universidades dos resultados”.

(entenda-se público consumidor), procura-se dirigir o “ensino” (entenda-se produção) adaptando-o ao melhor mercado. A mercadologia é o mote e os marketeiros, que nem generais em época de guerra, se tornam indispensáveis, sendo contratados aos quilos. Não há lugar para o educador, e sim para o bom vendedor, e isso requer um saber.

Esse saber-marketing faz parte das muitas técnicas do poder que juntamente com o surgimento do conceito de “população” como problema político e econômico transformou de modo extremado os paradigmas sociais. Temos a população-riqueza, população-mão de obra e força de trabalho. Público alvo e população-consumo. Não se lida mais com sujeitos, com um povo e sua cultura, mas com o dado população, suas taxas de natalidade, morbidade, mortalidade, expectativa de vida, incidência de doenças, formas de alimentação e moradia e, sobretudo, modos de consumo.

O Povo destituído de sua soberania se reduz, para esse saber, a ser simplesmente objeto de análise econômica. Das técnicas mercantilistas mais grosseiras se evolui para os dispositivos de regulação mais refinados. Por meio de uma teia de saberes, teorias são criadas para pensar uma *“economia política da população”*, daí a importância das universidades de mercado e seus doutos, pois é necessário uma inteligência engajada para teorizar e viabilizar os meios de se povoar essa “Zona” de cidadãos úteis a sociedade de consumo. As campanhas sistemáticas e as propagandas são paridas com esse fim, ou seja, de modelar o comportamento das gerações para o “livre” mercado. A lição está decorada, detida: *“Todos são livres para fazer as mesmas coisas”*.

Estão aí essas universidade de mercado, verdadeiras *“casas de detenção”* do saber oficial, que de posse de seu discurso interno institucional, pois o que ela profere para si mesma e que circula entre os que a fazem funcionar, articula-se para constatar que esse saber existe e que é o verdadeiro. Está aí ativo e permanente, sendo portanto, de “interesse público”. Prega: temos vagas para novos alunos (entenda-se: clientes, acionistas), pois possuímos a tecnologia informatizada da alta rotatividade, o que nos dá uma hegemonia dentro do ensino do consumo, pois temos “capital de giro” (entenda-se: cabeças humanas com imensa liquidez).

Autoridades, políticos, economistas, administradores, diretores, professores, pais, conselheiros, religiosos, médicos, psicólogos, pedagogos, agentes de saúde, assistentes sociais, etc., todos ciosos das recomendações, exortações, advertências e receitas, que se voltam para o verdadeiro saber. Há uma espécie de “credo”, os conteúdos codificados, os locutores capacitados e a audiência qualificada. Os diagnósticos solicitados e formulados, os relatórios acumulados, as terapêuticas propostas e as medidas tomadas. O resultado garante a prevenção do mal (o aparecimento de um saber que subverta essa ordem) e a população “protegida” para viver seu livre consumo, afinal aprendemos no cinema, nos *movies*, que “este é um país livre”.

SABER. Suas Centrais e sua rede periférica

As grandes instituições de poder (estado, igreja, exército, universidade, diversas instituições, etc..) emergem de uma multiplicidade de poderes e se conseguiram se implantar é porque se apresentaram como instâncias de regulação, de arbitragem e de delimitação. Introduziram ordem entre esses poderes cotidianos para formulá-los e distribuí-los sob o princípio de um direito determinado.

Não importa aqui significar o saber como o conjunto de instituições, aparelhos de sujeição, nem mesmo figurado na forma de um sistema geral de disciplinas, teorias e regras que atravessam o corpo social, mas, sobretudo, suas formas terminais.

Importa compreender o saber como correlações de forças imanentes, inserido no jogo de lutas e afrontamentos incessantes que transforma, reforça e inverte essas forças. Importa tornar o exercício do saber inteligível em seus efeitos mais periféricos que influem no campo social. Não num ponto central, num foco único soberano, de onde partem formas descendentes, mas no suporte móvel da periferia que induzem de modo ascendente e continuamente estados de poder. Parafraseando Foucault diria que *“O saber está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”*. Enfoque esse que só poderá ser abordado numa casa com as características da ULP.

Outra questão é que onde há um saber há resistência e, no entanto, esta nunca se encontra exterior a ele. Focos de resistência estão presentes em toda a rede de saber. Não existe, com relação ao saber, um lugar de grande recusa, fulcro da revolta, mas resistências, no plural, necessárias ou não, espontâneas ou planejadas, súbitas ou arrastadas, suaves ou violentas, polidas ou selvagens, solitárias ou compartilhadas, não importa, mas sobretudo plurais. Da mesma forma que a rede das relações de saber forma uma camada espessa que atravessa os aparelhos e as instituições, sem estar exatamente neles, também os pontos de resistência atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução. Estaria entre as tarefas da ULP trabalhar incansavelmente para decodificar essas estratégias e entendê-las. Deve nossa universidade partir, portanto, dos “focos locais” de saber se pretende revolucionar e impulsionar a educação, para ver instaurada uma genuína civilização brasileira.

Quem tem acesso ao saber, ou é mantido na ignorância? As “distribuições de saber”, e as “apropriações de saber” são na verdade pequenos cortes no tempo histórico. O que nos interessa são as *“matrizes de transformações”*¹³, tendo em mente que são estradas de mão dupla, pois nenhum “esquema local de transformação” pode funcionar se não se inserir; no final das contas, em uma estratégia global. E, inversamente, nenhuma estratégia pode produzir efeitos globais se não se apoiar em relações tênues que lhe sirva de suporte.

¹³ conceito criado por Michel Foucault

DIREITO versus TECNOLOGIA

Michel Foucault percebe que nas sociedades modernas as formas jurídicas do poder que subsistem pouco a pouco são penetradas por novos mecanismos de poder irredutíveis à representação do direito. Passam a funcionar, não pelo direito, mas pela técnica. Diz: *“Na sociedade moderna o jurídico pode codificar cada vez menos o poder”*.

Esta representação jurídica, entretanto, continua presente nas análises contemporâneas sobre as relações entre poder e saber. Foucault irá dizer que é preciso liberar-nos de uma representação jurídica se quisermos fazer uma análise do poder, e mostra que é preciso construir uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código. Que é preciso perceber uma concepção do saber que substitua a hegemonia da lei pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da cruel soberania¹⁴ pelo campo de correlações de força, o padrão estratégico, ao invés do modelo do direito. Perceber que a política do saber não põe em ação, fundamentalmente, a lei da interdição mas todo um aparato técnico, uma verdadeira *“tecnologia do saber”*. Poder pensar o poder sem a lei, o saber sem a lei, saber sem o mestre onde há um mestre¹⁵.

Estávamos na década de oitenta quando Foucault estava envolvido com essas idéias. Penso que o filósofo tinha uma visão mais otimista em relação aos benefícios que a tecnologia poderia trazer por estar deflagrando uma crise na regulamentação repressiva que até então o direito vinha exercendo. Apesar de estar inteiramente ciente da firme manutenção do discurso jurídico¹⁶ parece que alimentava expectativas de um avanço no fenômeno de desregulamentação que seria provocado pela cultura da técnica. Pensava um poder sem a lei.

A sensação que tenho hoje é que essa *“tecnologia do saber”* continua de certo modo a serviço do sistema legal. Não saberia avaliar se suas consequências são mais no sentido de subverter a norma jurídica ou se, ao contrário, vem reforçando aspectos de sua praxis. O tempo dirá.

¹⁴ Dirigindo-se a psicanalistas de toda parte do mundo em julho de 2000 na Universidade de Paris (Sorbonne), encontro do qual participei, o filósofo Jacques Derrida irá lembrar que somente a psicanálise é capaz de explorar os fundamentos da violência sem limites à qual as formas modernas de soberania autorizam, conferindo uma legitimidade sempre nascente a crueldade. Suas idéias que foram lançadas em livro na França *“États D’âme de la psychanalyse: l’impossible au-delà d’une souveraine cruauté”*. Paris: Galilée, ainda não traduzido para a nossa língua, vincula soberania e crueldade de modo ímpar.

¹⁵ alusão as minhas considerações no início do presente ensaio quanto ao definido e indefinido.

¹⁶ Nos dirá Foucault: *“No entanto o direito, mesmo na nova mecânica de poder, estaria a salvo. Pois este é o paradoxo da sociedade, que inventou tantas tecnologias de poder estranhas ao direito: ela teme seus efeitos e proliferações e tenta reconciliá-los nas formas do direito”*.

CONCLUSÃO MODERNA – o papel da psicanálise

Não foi por acaso que escolhi Michel Foucault como fonte inspiradora de minhas idéias. Sua obra é o resultado contundente da impossibilidade da filosofia manter-se indiferente as descobertas realizadas pela psicanálise. Foucault, a meu ver, encarna de certo modo um *filósofo da psicanálise*, devo então falar aqui como um *psicanalista da filosofia*. Somente bebendo, e muito, da psicanálise, poderia Foucault ter construindo seu sistema filosófico, voltado que está para os bordos, para os colaterais “sem importância”, para o que caía das margens dos seus quadros de estudo. Capturado pela ciência de Freud, o filósofo pôde pensar a história como emergências num dado momento, como uma trama inconsciente de onde emerge os elementos que dão sentido a fatos e personagens. Constrói sua *arqueologia dos saberes* como o psicanalista que pro-cura no passado remoto de seus pacientes as representações de sua estória pessoal no “*aqui agora*” que emerge nas sessões.

Seguindo o exemplo de Freud, não temeu ele colocar as mãos nos interesses que os ditames da moral civilizada tinham como infames. Não recusou as ditas anormalidades, a loucura, a imoralidade, a perversão, o demoníaco, o bestial e toda sorte dos ditos crimes e pecados.

Seu trabalho vai contribuir e muito para a historiografia brasileira quando no final dos anos setenta e início dos oitenta, com as transformações políticas que ocorriam no país, inspira uma nova esquerda que emergia e que não queria mais negligenciar aspectos da vida social tidas até então como inúteis para o marxismo clássico como a cultura, os costumes, os símbolos e ritos, a sexualidade, o prazer, enfim, todo um imaginário. Sua obra, influenciada pela psicanálise, revela os silêncios necessários para que as normas sejam estabelecidas e institucionalizadas, pensando as transformações como *deslocamentos* e *resistências* na própria rede de poder.

Já se colocava naquela ocasião avesso a uma modernidade que impõe ao sujeito um projeto de sujeição, contrário aos engodos que iriam conduzir os acontecimentos ao atual estado de mal-estar a que se chegou. Estado que para alguns responde pela alcunha de pós-modernidade, mas que na verdade nada mais é que a crise dessa modernidade incapaz de oferecer no seu variado cardápio uma saída existencial. Estaríamos vivendo seus últimos estertores?

Encontro nas suas reflexões um estímulo para pensar a questão da liberdade do nosso país e de seu povo, submetido que estão a uma ditadura branca. Pois com Foucault a história dá voz ao silêncio, ilumina a exclusão, trafega o marginal e deixa aflorar os ruídos e odores desagradáveis mas que sabemos não negligenciáveis. Permite que saia das sombras o antimoderno. Sua obra, assim como a de Freud, perturba porque produz e pensa o diferente. *Diferença* que incomoda o projeto moderno sempre *igual* de uma elite que “*acha*

* ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M.(2001) “*Michel Foucault: a contribuição para a historiografia brasileira*”. Petrópolis: Editora Vozes. 100 anos de história.

* Conceitos psicanalíticos clássicos do acervo freudiano.

*feito tudo aquilo que não é espelho*¹⁷, o povo por exemplo, a quem querem manter subjugados e bem escondidos. Bem “à distância”!

Essa lógica moderna e dominante do saber expandiu-se, adquiriu alguns artefatos que lhe encham de graça. Sob sua cosmética tecnológica criou glamourosos sítios (*sites*) de comando, sendo suas *Catedrais Virtuais* os lugares principais de produção e dominação, centros de excelência de sua política de discriminação e sujeição.

Não, isso não pode ser o *nosso* moderno. Não se pode permitir que o conceito de modernidade¹⁸, sequestrado por essa gerência latina do sistema, tenha esse destino melancólico. Não é possível que todo aquele que manifesta seu amor ao país ganhe a pecha de nacionalista retrógrado e de inimigo da modernidade. É preciso que uma inteligência independente resgate, para nós brasileiros, a palavra moderno. Moderno que aqui no Brasil também é moço, jovem, brando, sossegado, que aceita o novo, as mudanças, não preconceituoso. Uma modernidade que escape do modo servil como vem sendo reconhecida por essa lógica “moderna” capenga.

E o conhecimento que escapa dessa “lógica sabida” precisa, portanto, ser objeto de atenção do ensino universitário livre e popular, pois precisa emergir das sombras onde trafega, se libertar dos seus pudores, ganhar um campo de legitimidade, adentrar a territorialidade das salas de visitas não permanecendo sempre nas áreas de serviço atendendo interesses narcisistas de classes (como as exigências triviais da sociedade burguesa e do mercado voraz). Pois se é verdade que muitas vezes são nas cozinhas que se produz o fresco saber que alimenta, é verdade também que esse saber precisa ser servido. E é do serviço servido pelo servo do saber que se constroem os banquetes das elites intelectuais, ou melhor, que se edificam as verdadeiras e dignas elites intelectuais. Elites que não devem ignorar esse serviço do livre saber (saber livre, não detido) para não terem cassadas, e merecidamente, pela história, a licença de intelectualidade decente. E isso se torna sobretudo importante nas casas acadêmicas. A presença de docentes decentes. Decência que se constrói pelo reconhecimento do saber que se processa fora dessa lógica manca. Lógica, outrora, defendida juridicamente e hoje com a salvaguarda de uma tecnologia onipotente e irrefreável, não sei se viável, pois nada garante que o “*sistema não caia*”.

Lógica, portanto, que possui uma senha universal que dá acesso a poder se definir com espantosa precisão a razão de tudo: quem somos nós, para onde vamos, de que precisamos, quando, de quem, porque. Define o que pode e o que não pode, o que é certo, o que é errado, bom ou mal, útil ou inútil. Que chega a precisar aquilo que dá o garante da vida e o direito da morte¹⁹.

¹⁷ alusão aos versos musicais de Caetano Veloso na sua canção “Sampa”.

¹⁸ Para se ter uma idéia do impacto desse conceito no imaginário nacional menciono que há um programa televisivo da Rede SESC/SENAC (STV) cujo nome é *Modernidade*. Fica a sugestão de que a Modernidade e sua crise pudesse ser um tema estudado especialmente por determinadas cadeiras da Universidade Livre de Petrópolis (ULP).

¹⁹ a expressão atual que atesta que “*quem não se formatizar esta morto*” parece exemplificar de modo exemplar e caricatural esse sentimento. Expressão muito mais séria que o inofensivo “*quem não se comunica se trumbica*” do saudoso Chacrinha.

Possuo a convicção de que existe, e com bastante consistência e fecundidade, a produção de um livre saber que se coloca muitas vezes no jogo dialético em oposição a esse saber como preceito, no entanto parece que ainda habita os subúrbios quando se leva em conta o sítio do poder. É mais discurso que ação. Se vai ser possível antecipar em ato e fazer acontecer a liberdade futura que sempre foi prometida pela lógica do saber que continua repetindo com prudência: *“para o amanhã a boa ciência”*.

Uma universidade como a ULP poderá contribuir para se demolir o fato discursivo passando do discurso ao ato, como esse fórum. Iremos parar de falar de analfabetismo quando nossas crianças e iletrados estiverem lendo e escrevendo, iremos parar de falar da fome quando nossa gente estiver comendo, iremos parar de falar de desemprego quando houver trabalho, de desabrigados quando houver casas, da doença quando houver saúde, da miséria quando houver riqueza, de violência quando houver paz, de corrupção quando houver honra e dignidade. Iremos parar de falar em injustiça social quando fizermos essa justiça, da dominação estrangeira quando tornamos o Brasil uma nação livre e soberana.

Por que falamos tanto em ética? Por que tantos, inclusive os que não a possuem, falam em ética? Falamos de ética porque ética não há. Portanto iremos parar de falar da ética quando formos uma sociedade ética.

Temos nas mãos esse belo projeto de uma nova universidade que como afirma seu Coordenador, Prof. Mércio Pereira Gomes, *“deve oferecer ao país subsídios para enfrentar com altivez as transformações econômicas e culturais que o mundo atravessa. Universidade que além de produzir e transmitir conhecimento, deverá guardar responsabilidade com a nação brasileira”*. E essa responsabilidade passa pela missão da ULP de rever os elos perdidos entre a sociedade moderna e os valores humanistas.

Deve uma universidade livre pensar uma política econômica que leve em conta o ser humano²⁰, que estimule os economistas brasileiros a voltar a falar de pobreza e se ocuparem em erradicá-la. Uma universidade livre que possa questionar com vigor o que busca nossos economistas: acumular riqueza ou superar a pobreza. Possuir uma economia livre e independente ou colonizada?

Não estaríamos reproduzindo um desejo que não é o nosso? Uma elite que procura macaquear até os desejos? Que deseja o desejo do 1º mundo? Que desejos movem nossos economistas, nossos políticos? Como o desejo das elites brasileiras influenciam os desejos da classe média? Defendo a criação de uma universidade que possa trabalhar para *interpretar* o nosso *desejo econômico*. O desejo econômico do Brasil e de seu Povo, e atuar para realizá-lo.

Defendo uma universidade livre que possa auxiliar a desvincular liberdade, do conceito de mercado, apartar a idéia de igualdade da posse de planos tecnocráticos de estabilização. Uma universidade que possa radicalizar a liberdade e a igualdade estudando a inclusão dos ditos excluídos. Defendo uma

²⁰ ler o livro “Desenvolvimento como liberdade” editado pela Cia das letras de Amartya Sem. Pensador indiano (do país colonizado) que fez, como não podia deixar de ser, sua formação na Inglaterra (país colonizador)

universidade livre que lute para estancar o desemprego tecnológico, que ensine que os avanços da tecnologia devem estar a serviço do bem comum e não como uma estratégia de apropriação que condena à estupidez e à pobreza grandes contingentes de nosso povo. Uma universidade que ensine que não se pode prescindir de possuímos uma ideologia tecnológica moral e responsável, e que rejeite essa tecnologia prostituta que vai com quem dá mais.

Defendo uma universidade que estude e possa ensinar que se máquinas causaram uma queda moderna e inevitável em torno de 50% de uma mão de obra humana, não se pode permitir que a sociedade brasileira continue calada quanto aos serviços que podem oferecer e que ainda, afortunadamente, as máquinas não podem realizar, como por exemplo, *educar, ensinar*. Uma universidade que possa gerar uma educação que esteja afetivamente *perto* do povo e não tecnologicamente *distante*²¹ dele.

Defendo uma universidade que possa ensinar aos seus alunos que não há mercado que justifique o trabalho coisificado que não é mais fonte de realização do ser humano e que passa a ser apropriado pelos agentes financeiros. Uma universidade que procure desenvolver para esses jovens campos de trabalho produtivos mas que também aprimorem os bens humanitários. Precisamos, portanto, dentro da ULP, de profissionais da área econômica que acreditem que os valores humanistas podem mudar os rumos dessa economia perversa, que defendam que uma economia globalizada não precisa eliminar uma economia local livre e soberana, por ser essa uma fonte de trabalho, emprego e soberania. De economistas que entendam com profundidade a importância de se dar uma dimensão política e ética a economia em que o capital possa estar a serviço do homem e não o seu contrário. Esses economistas estarão, desse modo, criando a nossa modernidade.

Defendo a idéia da ULP comprometida com a tarefa de trabalhar para solver aqui, afinal moramos na rua não no país, essa crise devastadora da modernidade que pariu um quadro nacional onde somente 20% de nosso povo está realmente integrado aos bens sociais, enquanto uma massa de 80% de excluídos vivem na amargura como vítimas do descaso e da violência.

Defendo a *utopia* da UNIVERSIDADE LIVRE DE PETRÓPOLIS, pois o conceito de utopia cunhado por Thomas Morus possui, em seu cerne, um conjunto racional de ações em que ao se buscar o ótimo permite a humanidade prosperar. Escolho ficar com esse projeto de uma *utopia* que quer ver emergir “a nova

²¹ já tem surgido por parte de alguns pensadores uma forte oposição ao encantamento de alguns setores pelo o “ensino à distância”. Críticas que tem surgido, sobretudo, de setores das áreas tecnológicas afins. Não acredito que esse sistema de graduação universitária poderá dar certo. Se isso ocorrer será lamentável, pois se gastará tempo e dinheiro onerando ainda mais nosso país. Mas esse não é o maior perigo. A injúria maior se dará se o projeto “der certo”. Estaríamos diante de um decadente processo de alienante cibernetização, em que o advento da humanidade cassada poderá gerar e em grande escala, nessas “encubadeiras virtuais”, sujeitinhos “programados para ...”. Processo cujo maior perigo é o de ser essencialmente cognitivo eliminando o afetivo, esse último elemento essencial no processo educativo ou em qualquer modo de relação humana. Ler sobre isso o excelente artigo do pesquisador e pós-graduando no Media Lab do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), “Sobre educação e sabonetes”, publicado na revista Exame de fevereiro de 2001.

*civilização brasileira*²², que adquira, de fato e de direito, um pensamento autônomo, um saber livre não detido. Prefiro essa *utopia de vida a destopia* dessa crônica de uma morte anunciada²³. A morte da civilização brasileira. Precisa a ciência psicanalítica fazer a sua parte contribuindo para estancar esse percurso pulsional de morte, onde haja um *trato* para evitar esse trágico já anunciado.

Não é, por tudo isso senhores, mais aceitável que o conceito de modernidade esteja inteiramente assimilado a um projeto imoral de sujeição, reduzido a um conjunto de normas e técnicas para ensinar um povo a ser subjugado, a negar sua cultura, sua língua, seus valores e conduzir esse mesmo povo a renunciar de seu amor próprio. É preciso recuperar o conceito de modernidade, redimi-lo, abasileirá-lo e salvar do extermínio nossa civilização. Acredito na utopia de que o instituto maestro da Universidade Livre de Petrópolis e que deve ser a razão de sua existência, o **Instituto da Civilização Brasileira**, legitimado pelo povo dessa cidade, poderá com dignidade e generosidade atender os anseios de vida, liberdade e amor que nosso país espera, afinal é Petrópolis um de seus mais célebres sítios. Estaremos, com isso, partindo daqui ao encontro dos novos tempos, construindo a **Modernidade brasileira** e fazendo, indiscutivelmente, história.

Fórum de Ciências, Artes e Ofícios
Pedro Paulo Vellozo Alonso Azevedo

²² expressão que ouvi do antropólogo Mércio P. Gomes.

²³ Tomo de empréstimo a expressão retirando a idéia do livro do escritor Gabriel Garcia Marques “Crônica de uma morte anunciada”. Conto que trata especificamente de uma morte que se dará e que ninguém consegue, desafortunadamente, evitar.